FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA HISTÓRIA DA ÁFRICA: PROBLEMAS RELATIVOS AO EUROCENTRISMO E FILOSOFIA DA HISTÓRIA

JORGEVAL ANDRADE BORGES¹
MARIA ANTONIETA CAMPOS TOURINHO²

Introdução

Este texto é oriundo de pesquisa que está sendo realizada no curso de doutorado no programa de pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. Trata-se de uma investigação sobre a preparação dos docentes da rede pública de ensino do estado da Bahia para os conteúdos da história africana. Essencialmente busca-se uma averiguação sobre o conhecimento que os docentes possuem a respeito da historiografia africanista. Amparado neste trabalho de pesquisa, este texto pretende apresentar duas questões referentes à formação de professores para o ensino da história da África que se alocam como relevantes: a discussão sobre o eurocentrismo e a necessidade de se elaborar uma concepção de história africana correlacionada à história da humanidade.

A problemática que rege a pesquisa está vinculada ao objetivo de refletir se a atual formação dos professores está direcionando sua atenção para os estudos da história africana ou se ainda está deitada no marco eurocêntrico da formação inicial das licenciaturas. Em outros termos, a atual formação docente apresenta novas perspectivas teóricas? Dito de uma forma redimensionando ao objeto do texto, quais os conteúdos da história da África presentes na atual formação docente, em que referenciais se baseiam e de que forma estão sendo reelaborados no processo de ensino?

Constatar uma situação problema relacionada à formação de professores para o conteúdo de África leva a uma reflexão inicial sobre o ensino da história no nível

¹ Professor de história da África da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutorando do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED), onde desenvolve projeto de pesquisa sobre formação de professores para o ensino de história da África na rede estadual de ensino da Bahia.

² Maria Antonieta de Campos Tourinho. Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia, Brasil (2004). Professor Adjunto I da Universidade Federal da Bahia.

básico, em especial no que diz respeito à concepção de história que os docentes possuem e a partir dai afunilar para uma discussão sobre concepção de história africana. Com isso, intenta-se extrair as representações da história da África apresentadas pelos professores e que são levadas aos alunos. Nesse processo se destaca dois elementos correlatos e fundamentais: o debate em torno do eurocentrismo e a discussão sobre se é possível uma filosofia da história africana. Este texto se propõe refletir sobre estes dois aspectos da formação de professores para o ensino da história africana.

1. A história da África e o debate em torno do eurocentrismo

A distância em relação à historiografia africanista por parte do professor tem sido o centro do problema relacionado ao ensino de África no nível básico, pois os cursos de licenciatura em história deixam lacunas, principalmente no que diz respeito ao conhecimento sobre os povos não europeus, em especial os afro-asiáticos. Por isso as indagações principais dos professores em sua formação inicial estão voltadas para a crítica a lógica de estruturação dos cursos que se encontram umbilicalmente voltados para a Europa. Neste sentido, quando o docente adentra nos estudos da história africana surge um horizonte de revisão, pois se evidencia para ele a visão dos cursos de história padronizada na centralização da Europa a qual se apóia no desconhecimento de outras experiências históricas. Por conta disso, a visão que geralmente o professor apresenta tem sido uma noção da necessidade de crítica ao eurocentrismo. Por isso que, um dos aspectos de formação continuada em história da África é a consolidação da postura de o quanto de oculto sobre esse continente havia sido perpetrado com a formação de graduação acadêmica inicial. Sedimenta-se então, com o conhecimento da historiografia africanista uma postura de crítica melhor fundamentada sobre os equívocos da concepção de uma história geral que tenha como parâmetro um único modelo.

Neste caso, o conhecimento sobre as sociedades africanas serviria, num primeiro momento, como reforço ou consolidação de uma postura já conhecida, ou seja, os dilemas de uma crítica a uma escrita da história centrada na Europa. Em outros termos, o que ainda continua colocado para os professores é a necessidade de rever o ponto de vista que considera a Europa centro da civilização e não necessariamente afirmar a historicidade da África. Por conseguinte, o estudo da história da África serviria como

elemento de sustentação desse posicionamento teórico contrário ao eurocêntriismo. Isto implica em um direcionamento que não prioriza a afirmação da historicidade africana, mas apenas uma contraposição às teses do eurocentrismo. Sustentar uma posição baseada no princípio da negação sem a correlata afirmação de algo diferenciado, essa tem sido a postura atual que os docentes têm quando entram em contato com o conhecimento histórico africano.

Essa perspectiva anti-eurocêntrica de uso da história da África começa a mudar somente quando o professor intensifica seus estudos africanos baseados num interesse genuíno por este continente, percebendo o quanto é desconhecido em sua essência. Nota-se então uma mudança de postura no sentido de conceber os povos africanos e sua história pela riqueza cultural que possuem e não simplesmente como uma espécie de objeto que viesse contrariar as teses eurocêntricas. Nesta perspectiva, a África passa a se afirmar em sua historicidade, em sua existência real, ou seja, a experiência histórica africana passa a existir não como negadora da Europa, mas por estar viva e em movimento.

Pelo exposto acima, se poderia inferir que a questão central a respeito da formação de professores para o estudo da realidade do continente africano é a necessidade de aprofundar o contato com os estudos africanistas. Esta seria então uma condição para uma visão madura sobre esse continente, ou seja, a África vista a partir de seus elementos internos, sem os extremos das estereotipias racistas ou visões idílicas do nacionalismo africano.

A formação de professores para a história da África permite uma crítica ao eurocentrismo a medida que significa uma revisita à história da humanidade, logo à forma como tem sido escrita. Entretanto, a África e os africanos devem ser vistos como sujeitos ativos no processo histórico, o que significa admitir, entre outros aspectos, que continha sistemas de exploração interna como qualquer outra região do planeta. Isso não elimina as críticas ao impacto do tráfico de escravos e da colonização européia e islâmica sobre o continente africano. No entanto, conceber os povos africanos como ativos nesse processo se torna essencial na formação do professor.

Como se pode ver, a experiência de formação em um curso centrado na África trás modificações substanciais na forma de fundamentar e ver a África e por conta disso o mundo também. Mas, acima de tudo, muda a forma como o docente se relaciona com

a crítica ao eurocentrismo, pois vislumbrar uma África estruturada, de cultura diversa e complexa não é uma tarefa que se faça sem os devidos suportes teóricos. Esta carência de formação docente baseada nos estudos africanistas tem se configurado com a obrigatoriedade do ensino desses conteúdos.

Para trabalhar essas questões, necessário se faz discutir um pouco mais alguns pontos sobre a historiografia africanista e o ensino da história da África. O problema ser elucidado está relacionado a questão de saber se novos caminhos se abrem ao conhecimento histórico africano na atualidade. Pode-se dizer que a abordagem da África ainda continua europeizada ou superou definitivamente esta perspectiva? Muito embora a historiografia africanista seja atualmente considerada de alto nível, o que possui de original? a inclusão da África no ensino superou a "camisa de força cultural" européia em que são estruturados os currículos?

No intuito de levantar alguns elementos provisórios a respeitos das indagações acima cabe salientar que estudos da África e sua história deveriam está lastreados primordialmente em autores africanos. Entretanto, esse procedimento indispensável não esgota a questão, pois, os próprios autores africanos devem ser passados por um clivo crítico, tanto do ponto de vista ideológico como científico, isto é, se superaram postulados europeus ou se guardam filiações a formulações eurocêntricas e, no aspecto epistemológico, analisar as qualidades de domínio metodológico. Portanto, as obras de autores africanos não são em si mesma garantia de postulação ideológica e científica homogênea. Ademais, existem obras de autores não africanos que trazem contribuições às quais não podem ser ignoradas. Por esse motivo, as análises sobre a África devem ser diacrônicas, observando o que realmente há de inovador na bibliografia e o que permanece nos padrões anteriores.

È neste momento se impõe saber o que se entende por concepção eurocêntrica da história. Aparentemente essa é uma questão relativamente fácil de resolver, ou seja, seria o entendimento que vislumbre a Europa como centro de um processo e catalisador do desenvolvimento das demais áreas do planeta a qual teve contato. Em outras palavras, eurocentrismo seria a concepção de mundo que coloca o continente europeu como propulsor do desenvolvimento da humanidade, desde os gregos antigos.

Nessa perspectiva, uma concepção que se contrapunha à idéia de que os povos europeus tenham cumprido o papel de demiurgo do desenvolvimento sócio-mundial

seria necessariamente anti-eurocêntrica. Esta afirmativa pode ser aferida ao se colocar em questão uma obra clássica da historiografia africanista, o livro de Walter Rodney *Como a Europa subdesenvolveu a África*.

Esta obra marcou época nos anos setenta do século passado quando estabeleceu ser a Europa a responsável não pelo desenvolvimento africano, mas, pelo seu subdesenvolvimento. Esse autor inverteu a premissa basilar do eurocentrismo, responsabilizando a Europa pelo atraso africano e, conseqüentemente, interrompendo o desenvolvimento autônomo das sociedades africanas. A tese de Rodney surgiu no momento em que vigorava as teorias do subdesenvolvimento "terceiro mundista", constituindo-se como a versão africanista desse referencial teórico. Essa obra passou a ser um marco importante na releitura da história da África contrária às teses europeizadas.

A questão que se coloca na atualidade é a validade do postulado que concebe a superação do eurocentrismo referenciado na denuncia das mazelas européias causadas à África. Isso não significa que a atual historiografia africanista perca seu aspecto de denúncia. Ao colocar a Europa como responsável pelos problemas do continente africano, não continuaria sendo a Europa o demarcador da História da África? Só que com um viés negativista, ao contrário da visão eurocêntrica que era otimista? De uma forma ou outra, a história da África continuaria sendo explicada a partir da intervenção européia sob seu curso.

Em pesquisa de sondagem em algumas escolas junto aos professores, observouse que a África é apresentada como o continente subdesenvolvido e a causa desse problema se explicaria por uma condicionante histórica: o colonialismo europeu que condenou este continente ao atraso. Esta tem sido a representação do continente africano mais aplicável nas salas de aula. Dessa representação se extrai alguns elementos: primeiramente a estigmatização da África como área atrasada do planeta. Em segundo lugar, a História da África só passa a existir a partir do colonialismo no século XX, logo, não havia história da África anterior à presença européia. Em terceiro lugar, uma dedução das assertivas anteriores: a África atual é considerada como produto da intervenção Européia.

A historiografia africanista não permite mais essa modalidade de reducionismo. A África possui o desenvolvimento social mais antigo do planeta, tratando-se de um processo civilizatório milenar. A África atual deve ser compreendida como síntese que envolva aspectos de sua longa história e elementos da contemporaneidade. Portanto, a África combina a realidade de suas estruturas tradicionais com as "inovações" impostas pelo imperialismo contemporâneo. Essa forma de ver a questão do desenvolvimento histórico africano rejeita o ponto de vista de conceber a realidade africana como mero expoente da mazelas do colonialismo europeu.

Tendo isso em conta voltemos ao início da problemática exposta acima: a idéia de que a Europa conduziu os destinos da África. Atualmente este postulado é considerado insuficiente, pois significaria ignorar a história autônoma da África. Isso não deve ser interpretado como uma negligência da importância do colonialismo para a história da África e o quanto esse fenômeno foi responsável pelos problemas que este continente vive na atualidade.

Como vimos, o fundamental, nesse aspecto é evitar o reducionismo. Deste modo, construir uma história não eurocêntrica para a África atualmente implica em não mais tratar os marcos europeus como definidores de seu processo histórico e sim como elementos constituintes dele. Esta condição será essencial para se ampliar o horizonte histórico do continente africano que possibilite ver a África em sua dimensão própria, ou seja, sua história não se resumiu a ser fornecedora de mão de obra e matérias primas.

Esta maneira de ver a questão do eurocentrismo talvez seja um dos aspectos mais contundentes que a atual historiografia africanista tem apresentado. Não obstante, uma outra problemática se põe em relevo com igual intensidade: a construção de uma filosofia da história que conecte a experiência histórica africana com a da humanidade. Essa discussão é que se trata no próximo item.

3. Um componente filosófico: caminhos a percorrer na construção da unidade entre história geral e da África

Ao elaborar uma obra sobre história geral os historiadores implicitamente partem da premissa da existência de uma história mundial da humanidade. No entanto, alguns problemas se apresentam para construção de uma proposta dessa envergadura. A questão principal seria indagar a possibilidade de uma história geral da humanidade, em caso afirmativo surgiria a seguinte problemática: quando se iniciaria essa generalização,

desde o aparecimento do ser humano ou outro marco histórico? Essa história geral da humanidade teria um curso de desenvolvimento e seria possível um modelo único explicativo deste?

Tendo em vista o debate historiográfico africanista essas questões são vitais, pois a construção da história africana não se distancia em momento algum da problemática acima elucidada. As grandes questões da historia da África rodam em torno de saber quais as características específicas da história africana e em que medida ela se insere em uma história geral da humanidade.

Em outras palavras, o que a África tem de comum e diferenciado da história dos outros continentes e de que forma ela pode está imersa em um contexto da história mundial. A relevância dessa problemática se reforça por conter minúcias tais como a afirmação da historicidade africana e de sua contribuição ou legado para o conjunto da humanidade, das influências que recebeu do exterior, assim como das que exerceu em outros continentes. È neste prisma de questionamentos que se poderia, por exemplo, ligar o debate em torno do eurocentrismo discutido no item anterior.

. Por isso que apresentar algumas premissas referentes ao debate sobre a possibilidade de uma história geral e em que parâmetros ela se daria se torna importante para os estudos africanos. A partir daí se poderia seguir com maior clareza a discussão sobre a historicidade africana. È com esse sentido, de uma África inclusa na história da humanidade, jamais apartado dela, que se levanta algumas indagações sobre o assunto do ensino de história da África nos limites que se propõe atualmente nas escolas.

O que de fato está posto em questão é indagar a possibilidade uma filosofia geral da história. Com isso é necessário levantar algumas considerações a respeito da concepção de história que se poderia ter como referencial para se ensinar África. Não se trata aqui de uma exposição de uma teoria da história, mas, tão somente estabelecer parâmetros de uma visão de história geral sob a qual se poderia discutir a inserção da historicidade africana. A problemática posta em questão é debater quais elementos de uma compreensão geral da história condiz com a presença da África.

Existem conceitos da concepção de história que são referenciais a todas as sociedades, mas, isso é uma abstração que não invalida, ao contrário, necessita uma investigação específica de cada fenômeno histórico concreto, onde se descobre os conceitos particulares a este fenômeno. Equivale dizer que não existem fenômenos

gerais da história se sobrepondo às específicas, que descartem a investigação concreta de cada situação dada.

Esse aspecto da questão é um parâmetro poderia utilizar para a história africana e, nesse sentido, não a diferenciando da historia humana, e quais conceitos são específicos da experiência histórica africana que possibilite vê-la em sua particularidade. A questão é saber em que momento se trabalha a África em sala de aula numa perspectiva da história geral da humanidade e nisso como trata as especificidades dessa história.

Há uma forma de tratar a história como um todo observando os processos gerais de seu curso. Este procedimento é essencial para a ciência, pois esta necessita desse tipo de abordagem, porque nele está à possibilidade das teorias, caso contrário se reduzira o conhecimento histórico a trabalhos monográficos, não saindo do âmbito dos fenômenos particulares, perdendo assim a dimensão de totalidade.

Esta forma de ver a questão reforça a necessidade de estudos das especificidades. O geral ajuda a esclarecer o particular e na reciprocidade, o particular permite a construção das teorias gerais. Ter em conta estas duas dimensões de se ver e analisar a história é fundamental para o processo de ensino de história. Isso implica em notar os aspectos gerais em que a história da África está incluída no currículo para, em seguida, observar como as especificidades do desenvolvimento histórico das sociedades africanas estão sendo abordadas pelos professores.

Esta seria então a primeira premissa da história que os professores deveriam ter em conta: a África vista como elemento da história humana e por conta disso responde a lógica geral do processo histórico e, ao mesmo tempo, dela se distingue por representar uma particularidade. A análise de um determinado tema histórico se efetua quando a abordagem leva em conta a dimensão histórica mais ampla em que se dá o fenômeno investigado, mas isto não pode ser utilizado como referencia para negar a existência da tensão entre particular e geral.

O geral e o particular na relação entre a história da África e da humanidade se combinam e distinguem, se configurando a África como um exemplo de particularidade da história humana. A particularidade da África não a exime de aspectos gerais, assim como aspectos gerais não permitem deduzir elementos que lhe são específicos. Seria então recomendável a quem se propõe trabalhar com a história da África munir-se

duplamente de uma concepção de história humana e, ao mesmo tempo, estar atento à realidade concreta africana.

Outro aspecto importante a ser destacado no intuito de desenvolver uma concepção de história da África para o ensino é ter em vista que a história não se desenvolve por meio de um processo evolutivo, isto é, linear. De certo que, nesta concepção, pode-se admitir que o movimento da história se configura por meio de períodos, cuja duração entretanto não pode ser projetada antecipadamente. O importante a ser discutido é que as sociedades históricas não seguem uma seqüência linear, ou um modelo a ser obedecido. O mais interessante desse raciocínio para o estudo da África é entender que nenhum povo passou por todas as formações históricas conhecidas.

O terceiro elemento a ser considerado no ensino de África é ter em consideração que determinadas realidades são consideradas históricas, acima de tudo, porque estão em movimento, ou seja, respondem a um processo de nascedouro, crescimento ou perecimento. Nessa perspectiva, os possíveis conceitos universais para a história têm que passar por esta lógica de metamorfoses, superações e rupturas. Isso implica entender que, do mesmo modo que as relações concretas, os conceitos a serem utilizados em uma análise também passam por transformação.

Nesse sentido, sociedades desaparecem e reaparecem diferenciadamente em cada momento e lugar e deverão ser investigadas levando-se em conta estas circunstâncias de sua formação e curso. Isso reforça a idéia de que as sociedades não podem ser igualmente compreendidas a partir de um mesmo e único conjunto de conceitos que sejam válidas para todas as épocas históricas. Portanto, não existe um único modelo teórico que possibilite uma visão unívoca dos diversos processos históricos continentais.

Por isso que se torna relevante ter como parâmetro um procedimento que procura compreender a história como ciência sem, contudo, ter a intenção de se elaborar conceitos a priori. Nesse sentido, buscar explicar as características e as transformações de umas sociedades em outras, mas, não pleitear um arcabouço teórico para explicar a todas de uma mesma maneira é condição fundamental para se compreender a história africana.

O fundamental para o ensino da história africana é a compreensão da essência do fenômeno entendida como seu aspecto diferencial, ou seja, encontrar o que faz de determinado objeto ou fenômeno ser ele próprio e não outro. Sustentado nessas reflexões se poderia dizer que para a historiografia africanista a diferença é crucial. É com esse pressuposto que se concebem as sociedades na história humana como totalidades possíveis de serem localizadas teoricamente pelos seus traços próprios, sem nunca se apresentarem com linearidade e nem com idêntico grau de duração e de expansão. Não se supõe, portanto, uma seqüência linear, nem um conjunto único na história das sociedades humanas. Esse resgate do princípio da diferença deveria ser norteador para o ensino da história africana.

Conclusão

A formação docente para a história da África ainda se encontra em uma espécie de fase "amadora". A superação desse estágio pressupõe amadurecimento sobre as duas questões trabalhadas neste texto: a superação de uma forma "ingênua" de se tratar a crítica ao eurocentrismo e o desenvolvimento de uma concepção filosófica da história condizente com a singularidade da experiência africana.

É interessante frisar que o direcionamento para essa área de estudo não veio, para a maioria dos docentes, por perspectiva profissional, mas por cobranças institucionais das escolas sobre os professores, tendo em vista a pressão da lei. No entanto, essa falta de intenção inicial por parte do docente não tem alterado o resultado, pois uma profissionalização nesta área não é necessária par tal tarefa, como pode ser contatado pelo relato de docentes que participaram de cursos de formação. Em suma, não é um profissional de África que deve ensinar esses conteúdos, mas docentes de formação geral que, por conta da lei de obrigatoriedade, embrenhou-se no processo de ensino desse tema.

Para isso, necessitam de uma formação continuada que obedeça certos parâmetros. O contato com professores em sua prática de ensino tem apresentado uma questão especial no que diz respeito ao conteúdo da história da África: quando se trata deste tema existe um apartamento entre produção acadêmica e realidade das escolas. Os cursos de história da África em formação continuada não têm feito a discussão elencadas neste texto a contento, na maioria das vezes são questões ignoradas.

O que se desejou demonstrar nesse texto é que a formação de professores para o ensino de história da África deveria ter como finalidade obter uma concepção filosófica dessa história e o caminho para se tomar conhecimento das teorias do desenvolvimento histórico desse continente é o estudo da historiografia africanista. Disso se pode inferi que existe a necessidade do domínio dos dois pressupostos teóricos arrolados acima para que se possa ensinar com propriedade a história da África. A carência ou debilidade em articular esses pontos impossibilita um ensino condizente com a atual produção sobre a história africana. Portanto, o conhecimento da historiografia africana é o elemento central, pois é através dele que se pode ir ao encontro de uma elaboração teórica sobre o processo histórico africano e sem uma concepção da história africana é extremamente prejudicial seu ensino, correndo-se o risco de se continuar no padrão antigo de crítica ao eurocentrismo sem uma concepção africana da história.

A assertiva que se postulou neste texto pode ser expressa da seguinte forma: o ensino de história da África necessita ser realizado a partir de uma concepção de história apropriada a sua historicidade e o problema de formação docente está nesse âmago, isto é, o desconhecimento da historiografia africanista por parte dos professores. A pergunta guia seria a seguinte: que ação modificadora provocaria o conhecimento da historiografia africanista na formação de professores? As correlações finais seriam então entre formação de professores, concepção de história da África e historiografia africanista. Parece ser este um procedimento essencial para que os docentes possam efetivar uma crítica apropriada.

Referências bibliográficas

DAVIDSON, Basil. Revelando a velha África. Lisboa: Europa-América, 1970.

HERNANDES, Leila Leite. *África na sala de aula: visita à História contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Portugal: Publicações Europa América, 1999. (vol. I e II)

KLEIN, G. Richard. O despertar da cultura: a polêmica teoria sobre a origem da criatividade humana. Rio Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

M'BOKOLO, Elikia. África negra: história e civilizações. Tomo I, Salvador: Edufba; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.

MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o Racismo na escola*. 2ª edição revisada. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

OLIVER, Roland. *A experiência africana: da pré-história aos nossos dias*. São Paulo: Jorge Zahar, 1997.

RODNEY, Walter. Como a Europa subdesenvolveu a África / Walter Rodney.- Lisboa : Seara Nova, 1975.

SERRANO, Carlos e WALDMAN, Maurício. Memória d'África: a temática africana em sala de aula. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Alberto da Costa. A Manilha e o Libambo: a África e a escravidão - de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. p. 193-227.

THORNTON, John K. A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800). Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2004.

UNESCO. História Geral da África. São Paulo, Ática/UNESCO, 1991. Vol. I, II, IV e VII.